ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO INTERGESTORES REGIONAL MÉDIO NORTE ARAGUAIA EM 2020, realizada **nos dias 05 e 06 do mês de Março** de dois mil e vinte, **no município de Palmas -TO, na Escola Tocantinense do SUS/ETSUS. Sala 05.** No primeiro dia teve início às 08 horas e 40 minutos e término às 17 horas e 10 minutos; e o segundo dia teve início às 08 horas e 15 minutos 16:00 horas. Na oportunidade estiveram presentes: **Representantes Municipais. 1 – Aragominas:** Eneilta Alves da Luz, Secretária Municipal de Saúde; Marili S. Oliveira, Suplente. **2 - Araguaína:** Sandro R. C. Paulo, Suplente; Eduardo de F. Santos, Superintendente de Vigilância em Saúde; Wilma Maria de Sousa, Coordenadora Financeira. **3 - Araguanã:** Iracema Lopes da Cruz, Secretária Municipal de Saúde; Sinara Stefânia S. Silva, Suplente; Jaqueline N. Costa, Coordenadora da Vigilância Epidemiológica. **4 - Babaçulândia**: Lenir Sousa dos Santos, Suplente. **5 - Barra do Ouro:** Valberlene C. S. Barros, Secretária Municipal de Saúde; Vanderli C. de Oliveira, Suplente; Lucas Gomes Lima, Secretário de Finanças; Lilian A. Vilanova, Diretora da UBS. **6 - Campos Lindos:** Ana Paula M. Luz, Suplente **7 – Carmolândia:** Luíz Roberto Borges, Secretário Municipal de Saúde; Solange Holanda Chaves, Suplente. **8 – Darcinópolis:** Antonia Rodrigues Brito, Secretária Municipal de Saúde; Jackeline Rodrigues, Suplente. **9 – Filadélfia:** Yarle de Paula, Secretária Municipal de Saúde; Luis Alves M. Junior, Suplente. **10 – Goiatins**: Cleane M. Feitosa, Secretária Municipal de Saúde; Rhaissa Stefanne Leal Santos, Suplente. **11 – Muricilândia**: Rosewelt Cormineiro, Secretário Municipal de Saúde; Addison Medeiros Rocha, Suplente. **12 - Nova Olinda**: Jair Pereira Lima, Secretário Municipal de Saúde. **13 - Pau D'Arco**: Heriberto Navarro Suarez, Suplente; Lucas Alves de Jesus, Digitador. **14 – Piraquê**: Paulo Sérgio F. Almeida, Secretário Municipal de Saúde; Gersonia F. S. Costa, Coordenadora da Atenção Básica; Júnia Nunes de Lima, Técnica. **15 - Santa Fé do Araguaia**: Danilo Ugles Soares Ferreira, Secretário Municipal de Saúde; Ana Caroline G. C. Ferreira, Suplente. **16 – Wanderlândia:** (Ausente). **17 – Xambioá**: Marcus Venicius A. de Alencar, Secretário Municipal de Saúde; Thayllonyra N. Soares, Suplente. **Representantes Estadual (lotados na sede e anexos)**: Marleide Aurélio da Silva e Lays Feitoza

dos Reis (SGAE); Evesson Farias de Oliveira (VISA); Márcia Valéria Ribeiro Queiroz Santana (SPAS). **Lotado no Hospital de Referência de Xambioá:** (Ausente). **Lotado no Hospital Regional de Araguaína:** (Ausente). **Técnicos da SES**: Wanira Brito Soares, Terezinha de Jesus Pinheiro Franco de Sena, Raquel Marques S. Santana, Patrícia de Oliveira da Silva, Luiz Fernando Varrone, Renato F. Silva, Adriano Castilho Monteiro (SPAS/DAP); Fernanda Aleixo Dias Sousa, Fabiana Moura Mamede Alves (SPAS/DAE); Gabriella C. Araújo, Sayonara Cristina Pereira e Monique B. Valente (SVS). **Parceiros: Escritório do COSEMS:** Maria da Conceição M. F. Rêgo, Apoiadora; **CASAI:** Mário Luiz Alves Coutinho, Chefe da CASAI. **Conselho de Saúde**: (Ausente). **DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO. INICIAL: 1. Eleger os relatores da Ata da reunião:** Foram eleitos Lays Feitoza dos Reis e Luís Alves Moreira Júnior. **2. Abertura Solene.** A representante SES, Marleide Aurélio, abriu a reunião dando as boas vindas a todos, seguindo para um momento de oração. **3. Apresentação e acolhida dos participantes.** Todos se apresentaram. **4. Leitura da Pauta.** A pauta foi lida e aprovada por todos. **AGENDA ATIVA NA CIR - MOMENTO FORMATIVO: 5. Desenvolver Agenda Ativa na CIR – Momento Formativo, na Comissão Intergestores Regional - CIR Médio Norte Araguaia sobre: 5.1. A Portaria nº 2979 de 12 de novembro de 2019 que institui o programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da APS no âmbito do SUS por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017**. Márcia Valéria, técnica da DAP/SES-TO, iniciou a apresentação explicando o contexto da Portaria nº 2.979 de 12 de novembro de 2019, e como o estado do Tocantins se encontra diante deste cenário, ressaltando a dificuldade de todos os entes em entender o novo modelo de financiamento e a importância da parceria entre a SES – TO, COSEMS e os Secretários Municipais de Saúde para a execução das normas da Portaria em questão. Os objetivos da apresentação são: divulgar as agendas da SES-TO sobre o novo modelo de financiamento e o público alvo, e; apresentar os aspectos introdutórios sobre o Novo Modelo de Financiamento da Atenção Primária à Saúde (APS) – Programa Previne Brasil, a fim de colaborar

com os gestores municipais no alcance das metas propostas, visando a reorganização dos processos de trabalho e a consequente melhoria da saúde da população. Para maiores esclarecimentos, serão realizadas ainda no mês de março, conforme pactuação com o COSEMS, oficinas in loco nos municípios para sanar dificuldades específicas quanto ao novo modelo de financiamento da Atenção Primária à Saúde, na Região de Saúde Médio Norte Araguaia acontecerá nos dias 26 e 27 de março, em Araguaína (Macrorregião Norte). Outra oportunidade de esclarecimento sobre o tema será a realização das Audiências Públicas (29/04 – Manhã em Araguaína), nas quais os Conselhos Estadual e Municipais de Saúde contarão com o Apoio da Diretoria de Atenção Primária da SES-TO. Baseando-se nos princípios basilares do SUS, Márcia Valéria explicou os objetivos do novo financiamento da APS e os atributos da mesma e ressaltou cada atributo (essenciais – Acesso de 1º contato, longitudinalidade, Coordenação, Integralidade; e derivados – orientação familiar, orientação comunitária e competência cultural), contextualizando e exemplificando para melhorar o entendimento sobre o que mudou no financiamento. O modelo misto vem sendo estudado há um bom tempo e já acontece em outros países, e no Brasil, com início a partir do mês de janeiro de 2020, é resultado da soma do pagamento por desempenho, da capitação ponderada e dos incentivos a estratégias e programas. Foram explicados em detalhes os critérios de ponderação para capitação (cadastro por equipe, cálculo dos pesos por condições socioeconômicas demográficas), pagamento por desempenho (indicadores selecionados com base na relevância clínica e epidemiológica com monitoramento quadrimestral) e incentivos às estratégias e programas (prioritários, saúde bucal, promoção da saúde, especificidades e provimento), detalhando em seguida, de acordo com os casos apresentados pelos representantes municipais, os indicadores do Previne Brasil com suas ações estratégicas, especificidades e distinções dos demais sistemas de pactuações. Márcia Valéria explicou as etapas do pagamento por desempenho, o valor do incentivo e a fórmula de cálculo; o Programa Saúde na Hora, seu objetivo e os requisitos para a adesão e modalidades, além dos conceitos, benefícios e valores de repasse do Informatiza APS e da Residência na APS. Quanto aos

municípios tocantinenses, foi apresentado o cenário do 1º, 2º e 3º quadrimestre, conforme as Portarias 172/2020 (per capita de transição – 97 municípios) e 173/2020 (municípios que vão ter perdas nos recursos da Atenção Primária - 42 municípios), e seus componentes. Os municípios poderão mudar para o novo modelo a qualquer momento de 2020 e a SES/TO junto ao COSEMS possui o papel de: Articulação e mobilização junto aos gestores e equipes dos municípios; Orientação; Suporte para compreensão dos indicadores, da capitação e mecanismos de monitoramento, e; Apoio quanto à organização dos processos de trabalho visando a melhoria dos resultados e desempenho. Adriano Castilho, técnico da DAP, explicou que o cadastro do cidadão se subdivide em cadastro do cidadão e cadastro do território, e qualquer profissional que tenha acesso ao Prontuário Eletrônico pode realizar o cadastro que para ser válido precisa ter o nome completo do usuário, Cartão Nacional de Saúde (todos os Cartões Nacionais de Saúde – CNS são válidos, desde que esteja no CADSUS, base de dados do DATASUS), ou CPF e o preenchimento de todos os campos obrigatórios. Nesse momento, foram tiradas várias dúvidas sobre o cadastro e o técnico ressaltou detalhes sobre a importância, principalmente, de pelo menos um computador do município ter os dados gerais dos usuários, assim como a realização de backup periodicamente para não correr o risco de perder os dados cadastrados. Adriano apresentou os benefícios da utilização do e-SUS, sendo este um sistema gratuito, oficial, além de servir de instrumento para a identificação do número de pessoas cadastradas no serviço de saúde e definido o valor de repasse aos municípios. Outra observação feita na apresentação foi que o cadastro do cidadão propicia o reconhecimento da população adscrita à equipe da Unidade Básica de Saúde - UBS, subsidiando o planejamento na oferta de serviços e o acompanhamento dos indivíduos sob sua responsabilidade. **5.2. Os resultados dos indicadores acompanhados pela Atenção Primária à Saúde em 2019.** Patrícia, técnica da SPAS – SES/TO, iniciou a apresentação explicando a estrutura da Diretoria de Atenção Primária com as suas gerências e respectivas responsabilidades, e os instrumentos de planejamento e os indicadores pactuados na Programação Anual de Saúde – PAS em 2019. Para cada indicador foram apresentados os resultados

do Estado e em específico o resultado da Região de Saúde do Médio Norte Araguaia. Varrone, técnico da Saúde Bucal da SES/TO, informou sobre o indicador de Cobertura populacional estimada pelas equipes básicas de Saúde Bucal, no quadriênio 2016-2019, que o Tocantins ficou em terceiro lugar no alcance da meta. Varrone ressaltou ainda que este é um indicador de medidas quantitativas, e que estão sendo discutidas medidas qualitativas para uma melhor avaliação dos serviços prestados. Algumas dessas estratégias, por exemplo, são a elaboração de uma linha guia para a Atenção Primária e o levantamento epidemiológico. Para o levantamento epidemiológico será elaborado um aplicativo em parceria com a Universidade Federal do TO (com georreferenciamento e inteligência artificial). Quanto a linha guia, será desenvolvido o curso de Linha Guia na Atenção Primária com aulas presenciais e EAD. A aula inaugural do curso será dia 22 de abril em Palmas (local a definir), com a meta de participação de 500 pessoas entre Auxiliar de Saúde Bucal, Técnico de Saúde Bucal, Cirurgião Dentista e Agente Comunitário de Saúde, com certificação. Os gestores serão comunicados oficialmente, porém já devem levar a informação para os seus servidores como incentivo à participação. Durante a apresentação, Terezinha, técnica da Área Técnica da Alimentação e Nutrição da SES/TO, e Patrícia informaram que o Estado ficou em 3º lugar no alcance do indicador de Cobertura populacional Cobertura de Acompanhamento das Condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família, no quadriênio – 2016/2019. Patrícia apresentou ainda os indicadores e metas do objetivo do Plano Estadual de Saúde/Plano Plurianual para o ano de 2020, e os indicadores e ações estratégicas do Previne Brasil. Considerando os resultados do estado, o único indicador que não foi alcançado foi o de Taxa de mortalidade infantil (ob/1000 NV), no qual a meta proposta para 2019 era taxa de 11,15 e o resultado foi taxa de 11,40, que apesar de não ter atingido o indicador, nos últimos anos a taxa caiu, o que mostra uma possível tendência de alcance nos próximos anos. **APROVAÇÃO. 6. Aprovar as metas, municipal e regional, dos indicadores que compõem o rol da Pactuação Interfederativa para o ano de 2020, conforme Resolução CIT nº 8/2016 e nº 45/2019.** Marleide Aurélio fez um resgate da Resolução nº 08/2016 que dispõe sobre o processo de pactuação

Interfederativa de Indicadores para o período 2017-2021, relacionados a prioridades nacionais em saúde. Esta resolução traz os indicadores que compõem o rol e os mesmos devem estar obrigatoriamente nos instrumentos de planejamento (PMS, PAS e RAG). Os representantes municipais foram informados também sobre a Resolução CIT n° 45/2019, que dispõe sobre a exclusão do indicador nº 20 "Percentual de municípios que realizam no mínimo 6 grupos de ações de vigilância sanitária consideradas necessárias a todos os municípios no ano" do rol, a partir do ano de 2019. A resolução CIT N°8/2016 determina que os gestores nas três esferas de governo são responsáveis pelo monitoramento e avaliação das respectivas metas pactuadas, de modo que os resultados retroalimentem o planejamento em saúde. Os gestores também são responsáveis por calcular os resultados alcançados, utilizando dados disponibilizados nas bases nacionais, estaduais e locais. Conforme resolução, os entes devem definir as metas para os indicadores, o que deve ser finalizado até o dia 31 de março de cada ano, com a obrigatoriedade de apresentar no Conselho Municipal de Saúde as metas municipais pactuadas, emitir resolução, inserir as metas e anexar resolução no sistema DigiSUS, com bastante atenção na hora de alimentar as metas, principalmente com relação às vírgulas que alteram os valores consideravelmente em caso de erro. Nesse momento, alguns gestores informaram sobre a dificuldade de alimentar o sistema, os mesmos foram orientados a entrar em contato com as Áreas Técnicas do Estado, o COSEMS e com o próprio Ministério da Saúde para informar o problema com especificidade e que providências estão sendo tomadas para aparar as arestas do sistema. Foi realizado um alerta aos municípios que ainda não tenham submetido as metas dos indicadores dos anos de 2018 e 2019 ao Conselho Municipal de Saúde (CMS), que procurem a presidência do CMS e, se necessário, realizem consulta ao Conselho Estadual de Saúde objetivando regularizar esta situação. Foi feito ainda um resgate do processo de pactuação das metas dos indicadores municipal e regional para o ano de 2020, que teve início no mês de junho de 2019, bem como as Sugestões de Atividades Estratégicas para facilitar o alcance da meta do indicador. Tal metodologia e cronograma foram discutidos primeiramente com as áreas técnicas

estaduais e posteriormente foi apresentada em CIR para conhecimento dos gestores municipais de saúde. As áreas técnicas estaduais responsáveis por cada indicador, baseando-se na série histórica, construíram as sugestões de metas que foram previamente disponibilizadas para todos os municípios no mês de julho de 2019, e os mesmos juntamente com sua equipe local encaminharam a devolutiva com as metas definidas nos meses de agosto e setembro, a partir desta definição as metas regionais foram construídas. Na etapa municipal, foram realizadas as seguintes alterações nas pactuações: **No indicador nº 01** – Número de óbitos prematuro (30 a 69) pelo conjunto das 4 principais DCNT (Doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas), o município de **Pau D'Arco** alterou a pactuação de 10 para 07. **No indicador nº 02** – Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49) anos investigados, o município de **Nova Olinda** alterou a pactuação de 95 para 100. **No indicador nº 04** – Proporção de vacinas selecionadas do Calendário nacional de Vacinação para Criança menores de dois anos de idade - Pentavalente (3° dose), Pneumocócica 10-valente (2º dose), Poliomielite (3º dose), Tríplice viral (1 dose) com cobertura vacinal preconizada, o município de **Araguanã** alterou a pactuação de 85 para 75; o município de **Aragominas** alterou a pactuação de 90 para 75. **No indicador nº 08** – Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade, o município de **Aragominas** alterou a pactuação de 01 para 02; o município de Araguaína informou a dificuldade quanto à ausência de registro sobre a realização do tratamento do parceiro, que por esse motivo fica sem o histórico de tratamento. Raquel, técnica da DAP – SES/TO, orientou que os gestores devem registrar a informação, seja na caderneta ou em folha anexa, com as informações sobre a paciente e o parceiro. **No indicador nº 10** – Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez, o município de Araguaína relatou que recebeu informação sobre uma futura interrupção para o mês de março no fornecimento dos kits pelo LACEN. Evesson, técnico da VISA – SES/TO, ao entrar em contato com o LACEN, informou que estão sendo tomadas providências para que não haja descontinuidade no fornecimento de kits pelo laboratório para os municípios. **No**

indicador nº 11 – Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária, Fernanda Aleixo e Fabiana Mamede, técnicas da SPAS – SES/TO, apresentaram o que preconiza o indicador e suas especificidades, o município de **Campos Lindos** alterou a pactuação de 0,50 para 0,30; o município de **Goiatins** alterou a pactuação de 0,51 para 0,40; o município de **Muricilância** alterou a pactuação de 0,53 para 0,30; o município de **Pau D'Arco** alterou a pactuação de 0,25 para 0,30; o município de **Santa Fé do Araguaia** alterou a pactuação de 0,70 para 0,40; e o município de **Xambioá** alterou a pactuação de 0,70 para 0,50. Durante a apresentação, a gestora do município de Araguanã relatou sobre a dificuldade de alcance da meta devido à interrupção do serviço pelo laboratório, fazendo com que o serviço municipal de saúde perdesse credibilidade com os pacientes, e agora com o retorno aos poucos do serviço, ainda há o acúmulo dos resultados a receber. Durante a discussão do indicador, foram esclarecidas dúvidas sobre a contratação do serviço com laboratório particular e sobre a contabilização das análises pra o alcance da meta, e em quais situações os gestores podem, mesmo que não contabilizando o serviço para o alcance da meta, informar nos instrumentos de gestão sobre de qual forma foram realizados. Apesar de todas as dificuldades, as técnicas do Estado, informaram que o interesse será sempre em contratar o laboratório e contribuir para a prestação do serviço pelos municípios e quanto à reclamação dos representantes municipais sobre a prestação do serviço, os mesmos foram orientados a documentar as reclamações para oficializar a informação para a Área Técnica estadual. Jair, Presidente do COSEMS, informou que na ultima reunião da Câmara Técnica em Palmas, o tema dos exames citopatológicos foi muito discutido e os gestores solicitaram mais compromisso com os municípios por parte da SES, aproveitando o momento para ratificar a fala das técnicas sobre o envio dos ofícios com as reclamações dos laboratórios para a Área Técnica estadual, tornando-as oficial. **No indicador nº 13** – Proporção de parto normal no SUS e na Saúde Suplementar, o município de Araguaína alegou a questão cultural sobre a preferência das gestantes pelo parto cesáreo. Raquel orientou que em todas as consultas da

gestante na atenção primária deve ser abordado o tema do parto normal, haja vista a importância da divulgação por parte de todos os profissionais sobre as evidências científicas quanto ao benefício dessa modalidade de parto, evitando a cesariana eletiva, e os riscos de óbitos e internações na UTI neonatal. Conceição, apoiadora do COSEMS, sugeriu a promoção de campanhas pelo Estado para o incentivo ao parto normal, contribuindo para o combate à pressão sofrida pelos profissionais da atenção básica para a realização do parto cesáreo. Sandro, suplente de Araguaína, ressaltou também a importância do vínculo entre a Atenção Básica e o Hospital para a mobilização de incentivo ao parto normal. Em seguida Raquel utilizou de situações exemplificativas relacionadas ao parto, para orientar os gestores e técnicos presentes, além de citar alguns fatos que configuram crimes relacionados ao tema, que devem ser denunciados, tanto pelos usuários quanto pelos profissionais, como forma de combate a práticas que representam obstáculos no alcance do indicador. Devido à identificação de demandas sobre a necessidade de atualização dos profissionais, a Área Técnica da Rede Cegonha vai realizar capacitação de pré-natal com aulas para os enfermeiros e médicos, sobre temas como os exames obrigatórios e gasto dos recursos da Rede Cegonha. E em caso de necessidade de discussão dessa temática, os gestores podem, além de entrar em contato com a Área Técnica do Estado, solicitar ponto de pauta na CIR. **No indicador nº 14** – Proporção de gravidez na adolescência de 10 a 19 anos, Raquel informou ainda que será realizado um mutirão para a inserção de DIU e capacitação dos profissionais médicos dos municípios, de início, do Bico do Papagaio. Porém se o município, de forma isolada, solicitar a capacitação do médico e a inserção do DIU, a Área Técnica pode se planejar para atender a demanda. Raquel relembrou em sua fala que em 2019, os médicos das maternidades foram capacitados para a inserção do DIU no pós-parto imediato, logo a gestante deve ser orientada sobre isso também. **No indicador nº 18** – Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa bolsa Família, Terezinha orientou sobre a importância da realização de ações estratégicas de promoção da saúde, além de fazer esclarecimentos sobre a migração de dados do sistema do Bolsa Família para o E-SUS. Os gestores

alegaram quanto a esse indicador, que a falta de médico dificulta o alcance do mesmo, porém os técnicos do Estado relembraram que o alcance do indicador não depende exclusivamente da consulta médica e que, de acordo com a lógica do Previne Brasil, quanto mais indicadores alcançados, mais recurso o município irá receber. **No indicador nº 22** – Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue, os municípios de **Nova Olinda** e **Santa Fé do Araguaia** alteraram a pactuação de 06 para 08; o município de Araguaína relatou a insuficiência de agentes de endemias ocasionando em áreas descobertas. Evesson esclareceu que a gestão deve utilizar o que foi pactuado com o estado para demonstrar a sua intenção em aderir e cumprir os parâmetros propostos, utilizando a pactuação como instrumento de respaldo frente aos órgãos de controle. **No indicador nº 23** – Proporção de preenchimento do campo "ocupação" nas notificações de agravos relacionados ao trabalho, Sayonara Valente, técnica da Saúde do Trabalhador – SVS – SES/TO, ressaltou sobre a importância do campo "ocupação" ser preenchido com a real ocupação da pessoa no momento do acidente de trabalho. Após finalizar a pactuação da etapa municipal deu-se início a pactuação da meta regional e em seguida passamos para a assinatura dos consensos. O ponto de pauta foi aprovado por todos. **7. Aprovar a sugestão de Atividades Estratégicas para o alcance das metas dos indicadores pactuados para o ano de 2020, conforme rol Resolução CIT nº 08/2016.** Marleide explicou sobre o conteúdo da planilha e a sua importância para o alcance dos indicadores, a mesma já foi enviada previamente para os gestores, para que as atividades fossem analisadas e discutidas pelas equipes. No momento da reunião, todos receberam novas planilhas para preencher e entregar, ficando cada representante com uma cópia para monitorar a execução das atividades selecionadas. O ponto de pauta foi aprovado por todos. **8. Pactuar e aprovar o calendário das Reuniões Ordinárias da Comissão Intergestores Regional – CIR para o ano de 2020.** Marleide explicou os critérios utilizados para a elaboração do calendário anual das reuniões das CIR's e a dificuldade quanto à definição das datas fora dos eventos, feriados e demais reuniões. Após a explicação, foram aprovadas as seguintes datas para o

ano de 2020: **2ª Reunião Ordinária** – 16 e 17 de Abril em Filadélfia; **3ª Reunião Ordinária** – 07 e 08 de Maio em Barra do Ouro; **4ª Reunião Ordinária** – 02 e 03 de Julho em Xambioá; **5ª Reunião Ordinária** – 27 e 28 de Agosto em Aragominas; **6ª Reunião Ordinária** – 05 e 06 de Novembro em Babaçulândia. O ponto de pauta foi aprovado por todos. **ACORDO CIR:** (Não houve ponto de pauta de Acordo CIR para esta reunião). **ATUALIZAÇÃO DE POLÍTICAS: 9. Apresentar para conhecimento, da Comissão Intergestores Regional-CIR Médio Norte Araguaia Nota Técnica SES-TO nº 8/2020/SES/SPAS/DAE/GRPDTC, de 19 de fevereiro de 2020, contendo: 9.1. Fluxo e critérios de encaminhamento das lâminas de Citopatologia do colo do Útero, pelos municípios referenciados ao prestador de serviço.** Fernanda Aleixo, técnica da DAE/SPAS-TO, apresentou a nota técnica sobre a padronização do fluxo de encaminhamento das lâminas de citologia para facilitar a conferência do material pelo laboratório prestador de serviço no ato do recebimento. A não observância aos critérios estabelecidos em cada etapa do fluxo de encaminhamento sujeitará o município à recusa no recebimento das lâminas de citologia por parte do laboratório prestador de serviço. Fernanda apresentou também a Planilha de Controle de Lâminas de Citologia, para os municípios que ainda não utilizam passarem a utilizar, facilitando assim o controle dos resultados a serem liberados pelo laboratório. O laboratório Cito Premier foi notificado e houve a renegociação de prazos, o laboratório fez o compromisso de que os resultados dos exames citopatológicos enviados de 01/11/2019 a 31/12/2019, serão liberados até 31/03/2020. Caso o prazo não seja cumprido, os municípios devem notificar a Área Técnica, conforme o informado nas discussões anteriores. **9.2. A retirada dos resultados dos exames de Citopatologia do colo do Útero, in loco, considerando os problemas existentes com o recebimento destes resultados por e-mail.** Fernanda informou aos representantes municipais que a partir do dia 12 de abril de 2020, os laboratórios estarão proibidos de enviar resultados por email, sendo responsabilidade dos municípios a retirada dos resultados no próprio laboratório. **EXPERIÊNCIAS SUS NA CIR: Da Secretaria Estadual de Saúde: (Não Houve). De municípios: (Não Houve). RESPOSTAS DOS ENCAMINHAMENTOS DA CIR**

MÉDIO NORTE ARAGUAIA: (Não Houve). ENCAMINHAMENTOS DA CIR MÉDIO NORTE ARAGUAIA: a) A representante do município de Campos Lindos, Ana Paula Miranda Luz - Suplente, da CIR Médio Norte Araguaia, relatou a dificuldade que o município vem enfrentando com relação à contrareferência dos pacientes de pediatria, a exemplo dos pacientes portadores de Sífilis, Toxoplasmose, entre outros, encaminhados ao Hospital de Doenças Tropicais – HDT em Araguaína. Logo, solicita à SVS – SES/TO e à Diretoria de Regulação e de Atenção Especializada/SPAS – SES/TO, quais providências estão sendo tomadas para a organização do fluxo de referência/contrareferência dos pacientes dos municípios da Região de Saúde os quais o HDT atende. **b)** O representante do município de Araguaína, Sandro Rogério Cardoso de Paulo - Suplente, da CIR Médio Norte Araguaia, solicita a SES/TO capacitação sobre prestação de contas para gestores e trabalhadores do SUS. **NEGOCIAÇÃO ENTRE REPRESENTANTES CIR QUE COMPÕEM A CIR MÉDIO NORTE ARAGUAIA: (Não Houve). PARCEIROS: 10. Apresentar a proposta, de realização de Audiência Pública nas oito Regiões de Saúde, no mês de abril/2020, pelo Conselho Estadual de Saúde – CES, com o objetivo de debater o novo modelo de financiamento da Atenção Primária e avaliar seus impactos associada aos prejuízos já causados, conforme Portaria nº 2.979 de 12 de novembro de 2019, que "Institui o Programa Previne Brasil, que estabelece novo modelo de financiamento de custeio da Atenção Primária à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, por meio da alteração da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017."** (Ausente). **INCLUSÃO DE PAUTA. INFORMES: A) Araguaína. Aprovação de Recurso Remanescente.** Eduardo, técnico do município de Araguaína, apresentou a destinação dos recursos financeiros remanescentes das contas do bloco da Vigilância em Saúde (Vigilância Epidemiológica – R$241.171,14; Saúde do Trabalhador – R$3.736,80; Doenças Sexualmente Transmissíveis – 3.736,80; Campanhas Antirrábicas – R$8.684,13; Ações inovadoras de combate à Hanseníase – R$45.696,48) do município para a revitalização do Centro de Controle de Zoonoses – CCZ (estimado em R$104.000,00) com a aquisição de veículo tipo van (valor

aproximado de R$160.000,00) e motocicletas (valor unitário aproximado de R$ 12.000,00) para maior agilidade e qualidade nos serviços executados oportunamente para atendimento da rotina diária dos serviços oferecidos à comunidade, notadamente nas ações das arboviroses e Leishmaniose. **B) COSEMS. Adiamento do 19º Encontro de Secretarias Municipais de Saúde.** Conceição, Apoiadora do COSEMS, divulgou o edital de seleção de experiências municipais de saúde para a "Mostra COSEMS Tocantins. Aqui tem SUS", e que após a solicitação dos Secretários, o evento foi adiado, passando de 11 e 12 de março de 2020 para o dia 24 de abril de 2020, e a realização da CIB ficou para o dia 17 de março de 2020. As experiências dos municípios poderão ser inscritas até o dia 12 de março de 2020. Conceição informou também sobre a Oficina do Médio Norte, em parceria com a SES, nos dias 26 e 27 de março, no ITPAC de Araguaína, que será um espaço para discutir de forma mais detalhada sobre o Previne Brasil (03 vagas por município, com um número maior de vagas para o município sede). **C) DAP/SES. Divulgar a implantação junto ao município de Araguaína o pólo de aplicação de Palivizumabe.** O polo se encontra no Hospital Municipal de Araguaína. Raquel, técnica da SPAS, explicou que o Palivizumabe é um anticorpo monoclonal humanizado que apresenta atividade neutralizante contra o vírus Sincicial Respiratório – VSR. Raquel explicou ainda os critérios para o recebimento da medicação em crianças e em quais situações pode receber, além do fluxo que a criança prematura percorrerá para receber o medicamento na rede de serviços do município de Araguaína. A criança já sai da maternidade com a prescrição médica para receber a medicação, os responsáveis pela criança devem procurar a SEMUS de Araguaína ou com o Hospital Dom Orione, que entrará em contato com a SEMUS do município de origem do paciente (responsável pelo transporte deste até Araguaína para receber as doses). Para maiores informações, os gestores podem entrar em contato com Área Técnica do Estado (3218-2732) ou na SEMUS de Araguaína 3411-7035. **D) DAP/SES. Informar sobre a reativação do Comitê Estadual de Prevenção do Óbito Materno Fetal e Infantil – CEPOMFI.** Raquel informou que devido aos números alarmantes de óbito materno-infantil no Estado do Tocantins, no dia 28 de fevereiro de 2020 o Comitê foi

reativado, sendo este um espaço consultivo e de estudo de forma mais sigilosa de investigação dos óbitos maternos, fetais e infantis. O que significa um avanço na busca da causa de óbitos evitáveis, sendo também uma contribuição para o alcance dos indicadores de saúde do estado. **E) Projeto de Nutrição – UFT.** Sônia, professora do curso de Nutrição da UFT em Palmas, apresentou o Projeto ECOA – SUS Tocantins, que é um projeto de enfrentamento e controle da obesidade no âmbito do SUS, com o objetivo de desenvolver produtos e estratégias para subsidiar a implantação e organização de ações de promoção da saúde, prevenção de fatores de risco e cuidado pelo profissionais da APS voltados ao enfrentamento e controle da obesidade no Tocantins. O projeto tem um eixo de pesquisa para o diagnóstico da obesidade no Estado e das ações desenvolvidas pelos municípios com relação ao tema, além de mapear os desertos alimentares do Estado. Durante o ano de 2020, estão previstas as fases de diagnóstico e o planejamento dos cursos de formação. E para o ano de 2021, será realizada formação via Curso EAD e presencial (in loco nas 08 regiões de saúde) para os gestores (40h) e para profissionais de saúde (180h). Sônia orientou que os gestores participem e incentivem os seus profissionais a aderirem ao projeto. Terezinha, técnica da SES, informou que o projeto irá se basear nos dados do SISVAN, que é um sistema existente em todos os municípios, o qual disponibiliza dados alarmantes sobre a obesidade da população tocantinense. Será realizado um levantamento de quais as ações os municípios estão executando relacionadas ao tema para que o Estado, o COSEMS e a UFT prestem apoio. **F) CASAI/Araguaína – Transporte Sanitário indígena.** Mário Luiz retomou sobre o papel do DSEI que assume a Atenção Básica no território indígena, porém quando o atendimento passa a média ou alta complexidade, o indígena é regulado para os demais serviços do SUS, sem especificidade. No tocante ao transporte sanitário indígena, é preciso que os municípios se encarreguem do transporte sanitário entrando com a sua parcela financeira de acordo com a demanda apresentada, ressaltando a necessidade do trabalho em parceria, principalmente, com os municípios de Goiatins e Santa Fé do Araguaia. **G) Reunião Ordinária do Grupo Condutor da Rede de Atenção Psicossocial.** A Secretária Municipal de Saúde

de Filadélfia informou que a reunião acontecerá no dia 12 de março de 2020, no CAPS II de Araguaína, das 8h às 11:30h para os gestores. **ENCERRAMENTO: 11. Conferência da frequência.** Frequência conferida. **12. Considerações finais.** Ao final, as representantes da SES/TO agradeceram a presença e o compromisso de todos. **13. Leitura coletiva**, **aprovação** e **assinatura** da ATA desta reunião. ATA lida, aprovada por unanimidade e assinada por nós Lays Feitoza dos Reis e Luís Alves Moreira Júnior relatores desta e por todos os presentes. Lays Feitoza dos Reis, Luis Alves Moreira Junior, Ana paula miranda Lopes, Isabel Paula S. Sousa, Conceita Neres dos Reis, Antonia Rodrigues de Brito, Marli S. Oliveira, Jokelyne Rodrigues Pereira, Vilma Maria de Sousa, Sandro Rogerio Cardoso de Paula, Eduardo dos Santos, Thiago Mesquita Nascimento Soares, Marcos Venicios S. da Silva; Mario Luis Alves Coutinho, Luiz Roberto Borges, Solange Holanda Chaves, Ana Carolini Comenda Cruz Pereira; Valberlene Cesar de Sousa Barros, Kilian A. Vilanova, Vanderlei C. de Oliveira Júnior Nunes de Lima, Cerssania Fernandes de Sousa Costa, Raul Ingles S. Ferreira, Sonia Stefânia Santos Silva, Jaqueline Nequeira Costa, Josenira Lopes da Cruz, Henrique Nasmo Ruiz, Leucon Alves de Jesus, Aparecida Stefanne Lopes Santos, Aleane Machado Freitas, Paulo Sérgio F. Almeida, Roberto Cormiato, Adelcio Federico Rocha, Maria Valeria Ribeiro de Freitas Santana; Lenir Sousa dos Santos, Patrícia de Oliveira da Silva, Marlei de Jesus da Silva, Yan Pereira Lima, Maria da Conceição M. de Farias Diego